

O TODO E AS PARTES: Uma Introdução ao Método da Economia Política

Gentil Corazza

Professor Adjunto do Depto. de Economia da UFRGS

RESUMO

O método da economia política se define pela natureza da realidade a ser investigada, a realidade social, que não é um aglomerado de partes isoladas, mas forma a totalidade histórico-social, contraditória e dialética. As questões centrais do método da economia política são o problema das relações entre o abstrato e o concreto, a indução e a dedução, o lógico e o histórico, o indivíduo e as relações sociais e o problema das relações entre o capital em geral e os capitais individuais. Este artigo acentua a necessidade de se superar tanto o mero conhecimento abstrato das partes como o conhecimento apenas dedutivo da realidade, a partir das leis gerais abstratas, para se atingir o conhecimento abrangente do todo concreto. Conhecer a realidade concreta é um processo que envolve três movimentos: abstrair as partes do todo, analisar suas leis e relações internas e, finalmente, reproduzir conceitualmente o todo concreto.

PALAVRAS-CHAVE

método, economia política, Marx

ABSTRACT

The method of political economy is defined by a social reality in which the historical and social process are contradictory and dialectical. The main questions of the method of political economy are the relations between abstract and material, induction and deduction, logical and historical, individual and the social relations and the problem of relations between the general capital and the specific capitals. This article emphasizes a necessity of going beyond the abstract knowledge of the parts and the knowledge that is characterized by deduction of a reality from the abstract general laws. Besides, it aims at knowing the social reality as a whole. To know the reality is a process related to three movements: to abstract the parts from the whole; to analyze its laws and internal relations; and to reproduce conceptually the reality as a whole.

KEY WORDS

method, political economy, Marx

INTRODUÇÃO

Um método científico é um caminho para se chegar ao conhecimento de uma determinada realidade. Não um caminho traçado arbitrariamente, mas de acordo com a concepção que se tem dessa mesma realidade, ou seja, a definição do método do conhecimento não é independente da definição do objeto do conhecimento. É por esse motivo que temos muitos objetos e muitos métodos na ciência econômica.

Qual a realidade-objeto e qual o método da Economia Política de Marx é a questão principal a ser analisada neste texto. Nosso estudo se orienta pela idéia de que a realidade é um todo e as determinações recíprocas entre o todo e as partes constituem a essência do seu método dialético. Para tal, partimos das colocações feitas por Marx em *O Método da Economia Política*. Neste curto e tão pouco compreendido texto buscamos inspiração para entender questões metodológicas fundamentais, tais como o problema das relações entre o abstrato e o concreto, a indução e a dedução, o lógico e o histórico, indivíduo e a sociedade e, finalmente, o problema das relações entre o plano das leis gerais abstratas do capital e o comportamento dos capitais concretos.

A compreensão desses problemas passa pela concepção da realidade da Economia Política como um todo social e histórico, complexo e contraditório, cujo conhecimento se processa, primeiro, por meio da abstração de suas partes e análise de suas articulações e leis internas e, depois, pela reconstrução desse todo concreto pelo pensamento. Nesse processo mental, o problema básico consiste em se ir além do mero conhecimento abstrato das partes, superando-se também um conhecer apenas dedutivo a partir das leis gerais abstratas, para se atingir um conhecimento abrangente e real do todo concreto.

1. O OBJETO DA ECONOMIA POLÍTICA: O TODO PRESSUPOSTO

Na visão de Marx, o mundo real, antes de ser conhecido teoricamente pelo pensamento, existe apenas como suposição, uma vez que só se torna realidade efetiva como realidade de pensamentos. Por esse motivo, a pergunta inicial que vai definir o método da Economia Política não é “como conhecer a realidade?” e, sim, “o que é” ou “como é” a realidade?

Se a realidade é imaginada apenas como realidade natural ou realidade prático-sensível, o empirismo ou o método das ciências naturais pode ser o mais adequado para conhecê-la; se a realidade é pressuposta apenas como um conjunto de fatos, de indivíduos ou de coisas isoladas, a simples análise e a abstração podem ser o método suficiente. Mas se a realidade, como no caso da Economia Política, é concebida e pressuposta como um todo complexo, o método dialético se afigura ser o mais adequado. No campo da economia, as respostas a estas perguntas definiram os objetos e métodos das diferentes correntes teóricas.

O objetivo de Marx era mais abrangente que o dos economistas clássicos, uma vez que se propunha investigar a economia e a sociedade dominadas pelas leis do capital. Visando conhecer o mundo do seu tempo, iniciou pelo estudo do Direito e da Filosofia, -“*minha especialidade era a jurisprudência*” - mas, após muito investigar, descobriu que a Economia Política era a chave para o conhecimento da sociedade moderna e, por isso, se propôs a desvendar a sua lei econômica.

Por que, para Marx, conhecer a sociedade moderna significa conhecer a lei econômica de seu desenvolvimento histórico?

“Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas, nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida... (...)... a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política.”(MARX, 1978, p. 129)

Trata-se, portanto, de descobrir a lei econômica dos fenômenos e, mais, a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, ou seja, a transição de uma forma de relações econômicas para outra, pois o desenvolvimento da sociedade é visto como um processo histórico, dirigido por leis que se sobrepõem e determinam a vontade, consciência e intenção dos homens. No entanto, as leis da vida econômica não são leis abstratas, válidas para sempre, pois cada período histórico possui suas leis próprias, de modo que os organismos sociais se distinguem entre si tão profundamente como organismos animais e vegetais.

O resultado a que Marx chega com sua investigação e que serve de fio condutor de seus estudos é de que as leis do capital são as leis básicas de organização e desenvolvimento da sociedade moderna: “*O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final a ser desenvolvido ...*” (MARX, 1978, p. 126) O modo de produção capitalista, o conjunto das relações sociais, as leis do capital, atuando como processo-movimento como um todo, que confere sentido às partes, aos indivíduos e aos capitais particulares, é que constituem o objeto complexo da Economia Política.

A pergunta que se coloca, agora, é como conhecer, qual o caminho ou qual o método para se chegar ao conhecimento desse todo complexo, o objeto da Economia Política? Ou melhor, qual o modo de proceder do pensamento para se apropriar teoricamente dessa realidade?

2. O MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA: O CAMINHO DE VOLTA

“... o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado.” (MARX, 1978, p. 117)

A abstração é o caminho e o instrumento pelos quais o pensamento se apropria da realidade, pois “*na análise das formas econômicas, não podem servir nem o microscópio, nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir a ambos.*” (MARX, 1983, p. 12)

No entanto, diferentemente de Smith, Ricardo e Robins, para Marx o conhecimento abstrato é insuficiente para revelar a verdadeira natureza do objeto da Economia Política, dado que é apenas conhecimento das partes, dos fenômenos isolados, conhecimento da aparência da realidade e não da sua essência e de seu todo; a abstração é apenas um meio, não o fim do conhecimento. O conhecimento concreto da realidade só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo pensamento, forem rearticuladas ao todo concreto.

Embora Marx afirme que o método científico correto é o que parte do abstrato para chegar ao concreto, isto não quer dizer que o verdadeiro ponto de partida não seja a realidade sensível, pois está se referindo ao momento da exposição, que foi precedido por todo um trabalho de investigação, momento em que são feitas as abstrações. O conhecimento teórico, que não é apenas o conhecimento abstrato, se realiza percorrendo o caminho de volta, do abstrato ao concreto.

Fazendo a crítica da Economia Política Clássica, Marx distingue dois métodos: o primeiro, que parte do todo concreto e chega ao conhecimento abstrato de suas partes; e o segundo, que parte das abstrações feitas pelo pensamento, e retorna ao todo concreto, agora reconstruído pelo pensamento.

O primeiro foi o caminho trilhado pelos economistas clássicos, que ficaram apenas no conhecimento abstrato da realidade, pois começaram pelo todo vivo, a população, e descobriram certo número de elementos gerais abstratos, como o trabalho, a divisão do trabalho, o valor e o dinheiro, a partir dos quais construíram dedutivamente seu sistema econômico.

“No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento.”(MARX, 1978, p. 116)

O segundo método, o caminho de volta, que vai do abstrato, o simples, o particular, à reconstrução do todo, é o que Marx chama de “método cientificamente exato”, pois:

“Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.”(MARX, 1978, p. 116)

Como a sociedade capitalista se define, em sua essência, como uma relação de troca entre trabalho assalariado e capital, Marx inicia pelo estudo da mercadoria, objeto principal do fenômeno da troca; pela abstração, isola o elemento mais simples, a célula da economia capitalista, procurando dela extrair a lei, ao mesmo tempo lógica e histórica, de movimento da sociedade

moderna; por isso, o estudo da mercadoria se processa num elevado nível de abstração. O seu objetivo, porém, não é obter apenas um conhecimento abstrato e lógico da mercadoria, mas sim, por meio do estudo do seu desenvolvimento, reconstruir lógica e historicamente o todo vivo e concreto que é o modo de produção capitalista.

Estas atividades de abstrair as partes, e de reconstruir o todo concreto, constituem um único processo teórico do conhecimento: ir do concreto real ao abstrato, e deste ao concreto concebido pelo pensamento, forma um único processo, cujos momentos se implicam mutuamente, cada um dos quais se realiza por meio do outro. O momento da abstração aparece como momento que se apaga e se realiza no momento seguinte, o momento dominante, que vai do abstrato ao concreto. Por isso, ir do abstrato ao concreto, como diz Marx, sem ir, ao mesmo tempo, do concreto ao abstrato, fazendo a crítica das abstrações, levaria a um conjunto vazio de abstrações; mas, por outro lado, ir do concreto ao abstrato, ao azar, sem hipótese, também não leva a uma teoria, mas apenas a um conjunto de abstrações desordenadas; por esse motivo, as abstrações devem ser feitas a partir de um princípio unificador, uma pressuposição da existência e uma determinada concepção do todo; cada passo da análise e da abstração deve ter em conta, desde o começo, esse todo, que ultrapassa a intuição e a representação; análise (abstração) e síntese (concreção) formam um único método do conhecimento.

3. A INDUÇÃO E A DEDUÇÃO

Esta visão unitária e dialética do processo do conhecimento permite superar a clássica oposição entre conhecimento indutivo e conhecimento dedutivo, uma vez que indução e dedução não constituem métodos independentes, mas apenas momentos do mesmo processo do conhecimento teórico da realidade.

De um lado, não é possível um conhecimento indutivo puro, pois a indução não se resume a uma mera análise de dados empíricos; não se pode ir do particular ao geral, sem que se tenha de antemão uma idéia “geral” do particular; é impossível fazer tábula rasa da mente ou se ter uma consciência vazia para analisar os fatos empíricos; não se pode captar fatos sem uma determinada concepção dos mesmos, ou seja, os fatos não são fotografados pela mente, mas se expressam em conceitos, os quais resultam de processos

de elaboração mental bem mais complexos que uma imagem fotográfica. Por isso, a intuição do fato sem seu significado e a indução sem idéia são pura ficção.

De outro lado, assim como não há fatos puros, também não há pensamentos puros. A dedução não é mera análise de conceitos, de suas determinações internas, não é simples exposição de conhecimentos já adquiridos, mas implica criação de novos conhecimentos. A dedução envolve também um momento empírico ou um momento indutivo. Não se pode ir do geral ao particular, sem antes ter ido do particular ao geral. As novas determinações obtidas pela dedução resultam não apenas da análise de conceitos, mas também de uma análise mais rigorosa dos fatos empíricos.

Por isso, indução e dedução fazem parte do mesmo processo do conhecimento; uma se realiza dialeticamente por meio da outra, enquanto seu momento abolido. A indução e a dedução, do mesmo modo que a análise e a síntese, o abstrato e o concreto, são momentos contrários internos e inseparáveis do mesmo processo do conhecimento. O método que vai do abstrato ao concreto não é um procedimento puramente lógico, que vai de uma análise pura a uma síntese pura, mas é um movimento permanente nos dois sentidos, como ressalta Ilienkov:

“Esta forma mais elevada, que une organicamente em si mesma a análise dos fatos com a análise dos conceitos, é precisamente a forma que passa do abstrato ao concreto de que fala Marx. É a única forma lógica de desenvolvimento do conhecimento que corresponde à natureza real do objeto.” (ILINKOV, 1978, p. 49)

4. O LÓGICO E O HISTÓRICO

“O histórico é a vida mesma. O lógico é a essência da vida, desentranhada pela investigação teórica.” (ROSENTAL, 1978, p. 168)

O método do conhecimento que vai do abstrato ao concreto permite entender a questão da relação entre o conhecimento lógico e o processo histórico real. Trata-se aqui de saber em que medida o processo do conhecimento, que vai

do mais simples, do abstrato, ao mais complexo e concreto, corresponde ao processo histórico real, ou ainda se a ordenação lógica das categorias econômicas corresponde à mesma ordem do seu surgimento histórico.

A esse respeito, Marx (1978, p. 118) afirma que “o curso do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao mais complexo, corresponde ao processo histórico efetivo.”

O que significa isto?

Por um lado, é verdade que as categorias mais simples expressam também relações econômicas mais simples, cuja existência é também historicamente anterior às relações econômicas mais complexas, expressas por categorias mais complexas. Por outro, um fenômeno só pode ser plenamente compreendido a partir de sua forma mais desenvolvida. “Anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, ou seja, é só a partir das formas mais desenvolvidas que se pode compreender as menos desenvolvidas. Ora, isto implica que a ordenação lógica das categorias, isto é, seu grau de importância, sua hierarquia e subordinação, não necessariamente devam obedecer à ordem de seu aparecimento histórico. O lógico é a disposição das categorias, não segundo sua história, mas segundo a lógica de seu desenvolvimento.

Se a economia capitalista não é uma economia natural, mas uma economia que expressa a natureza e as leis do capital, é a partir do capital que podem ser entendidos os fatos históricos e as categorias que os expressam, mesmo que tenham surgido historicamente antes dele. Se a produção da mais-valia é a lei econômica fundamental do capitalismo, é a partir dela que todos os eventos históricos ganham significação. É isto que afirma Marx:

“Nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda da terra, pela propriedade fundiária, dado que está ligada à terra, fonte de toda produção e de todo modo de ser, e por ela ligada à primeira forma de produção de qualquer sociedade que atingiu um certo grau de estabilidade - à agricultura. Ora, nada seria mais errôneo.” (MARX, 1978, p. 121)

E conclui:

“Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem, em que se sucedem, se acha

determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. (...) Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa.”(MARX, 1978, p. 122)

Da mesma forma que a renda da terra, o dinheiro surge historicamente antes do capital e no desenvolvimento de suas determinações se transforma em capital, mas logicamente só se explica a partir do capital, do qual passa a ser apenas uma de suas formas. O capital comercial também surgiu antes do capital industrial, mas é só a partir deste último que se explica seu movimento, pois o ganho comercial seria incompreensível sem o conceito de mais-valia, associado ao processo produtivo e ao capital industrial. Isto também é verdade com relação à acumulação primitiva, base e fundamento da acumulação capitalista. Pareceria lógico começar pela acumulação primitiva, mas ela só ganha significação a partir da lógica da acumulação capitalista. É o capital plenamente constituído que ilumina o mistério de sua gênese.

O *Capital* reproduz, seguindo uma ordem lógica das categorias, as grandes linhas do desenvolvimento histórico do capitalismo. Isto quer dizer que, já no seu Volume I, Marx não está simplesmente expondo o desenvolvimento histórico de uma economia mercantil simples, mas, ao analisar a mercadoria, ponto de partida lógico e histórico, analisa a gênese lógica e ao mesmo tempo histórica do modo de produção capitalista. Desde seu primeiro parágrafo, ele está reconstruindo o processo histórico, a partir da lógica do desenvolvimento do capital.

Portanto, retomando a questão inicial deste item, o processo lógico do conhecimento não segue, nem reproduz, necessariamente, em todos os seus detalhes, o processo histórico real. Ele segue a lógica do desenvolvimento histórico, corrige e reconstrói o curso da história de acordo com a lei e a lógica interna dos fenômenos, o que implica que nem sempre se segue estritamente a linha do desenvolvimento histórico real. Neste sentido, como afirma Rosental:

“Não se trata de desnaturalizar o curso da história, mas de conferir-lhe uma compreensão maior, mais profunda, não para separar o lógico do histórico, mas para revelar melhor sua unidade.”(ROSENTAL, 1978, p. 169)

5. OS INDIVÍDUOS E AS RELAÇÕES SOCIAIS

O pensamento “pós-moderno” faz uma forte crítica às análises totalizantes e se propõe a libertar o indivíduo da trama de suas relações sociais, resgatando seu papel como agente histórico. Até que ponto isto representa mudanças substanciais na organização social? Pergunta-se, o que é o indivíduo na sociedade moderna e qual o seu papel na história? Qual o pensamento de Marx sobre esta questão?

A análise da relação entre o todo e as partes permite compreender a natureza do indivíduo e o seu papel na história. Antes de tudo, sobre a pretensão de libertar o indivíduo, Marx (1986, p. 65) diz que *“a libertação é um ato histórico e não um ato do pensamento.”* No capitalismo, os homens não são os verdadeiros sujeitos, mas apenas suportes de suas relações sociais. O homem não é homem porque portador de uma “essência humana abstrata” e, sim, o conjunto das suas relações sociais. É inegável que, para Marx, a história é dirigida *“por leis que não apenas são independentes da vontade, consciência e intenção dos homens, mas, pelo contrário, muito mais lhes determina a vontade, a consciência e as intenções.”* (MARX, 1983, p. 19)

Seu pensamento poderia ser resumido da seguinte forma: existe um caráter determinante das relações sociais sobre o ser, a consciência e a vontade dos indivíduos; a natureza dessas relações se impõe como “necessidade férrea”, de tal forma que os indivíduos isolados, dotados de interesses, vontade e consciência não passam de pura abstração. Historicamente também, diz Marx, o indivíduo era apenas *“um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado.”* Quanto mais se recua na história, mais aparece o indivíduo como dependente da sociedade. Nesse sentido, o caçador e o pescador, como indivíduos isolados e independentes de seus laços sociais, de que partem Smith e Ricardo, são pura ficção do século XVIII. Eles imaginaram o indivíduo isolado como um ideal, que sempre teria existido no passado, como um indivíduo natural e não como um indivíduo social e histórico, um indivíduo produzido pela natureza e não pelas relações sociais; para esse indivíduo natural e isolado o conjunto social era visto como um meio de realizar seus fins privados e não uma estrutura que realiza suas leis por meio dos indivíduos.

Nesta perspectiva histórica, o indivíduo isolado e independente, dotado de interesses, consciência e vontade próprias, constitui apenas a aparência, e não a verdadeira realidade pois *“a época que produz o indivíduo isolado é precisamente aquela na qual as relações sociais alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento.”* (MARX, 1978, p. 104)

Para Marx, o ponto de partida não são simplesmente os indivíduos isolados, mas “os indivíduos produzindo em sociedade”, ou “a produção dos indivíduos determinada socialmente.” Tomando um exemplo da vida prática, vemos que os homens não produzem num mundo abstrato e vazio; eles fazem o pano, a tela, a seda, no marco de relações sociais determinadas; mas estas relações sociais determinadas, as quais não são relações naturais e eternas, mas produzidas pelos homens, da mesma maneira que o pano, a tela e a seda. Acontece, porém, que “no interior da divisão social do trabalho, as relações sociais adquirem uma existência autônoma.” (MARX, 1986, p. 119) E, portanto, “a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjuga ao invés de ser por ele dominado.” (MARX, 1986, p. 47)

O que se pode concluir dessas afirmações?

Uma primeira conclusão seria no sentido de que o todo das relações sociais anula completamente as ações e o poder de iniciativa de suas partes, os indivíduos - “as leis naturais da produção capitalista atuam e se impõem como necessidade férrea.” No entanto, isto não retrata toda verdade, dado que as relações sociais tanto produzem o ser social dos indivíduos como são por eles produzidas. Existe uma ação recíproca e autocondicionante entre ambos, pois “as circunstâncias fazem os homens da mesma forma que os homens fazem as circunstâncias.” (MARX, 1986, p. 56)

A natureza da relação indivíduo-sociedade só pode ser entendida, dialeticamente, como relação do todo com suas partes, como relação de fenômeno e essência. Se a realidade, como diz Kosik (1989, p. 12), é a unidade do diverso, a unidade da aparência (os indivíduos) e a essência (as relações sociais), o todo (a lei) e suas partes (os fenômenos), nem os indivíduos podem ser concebidos sem suas relações sociais, nem estas sem os indivíduos; estes não são apenas suportes, mas também sujeitos de suas relações sociais; existe aqui uma permanente in(ter)versão entre sujeito e objeto, entre o indivíduo e suas relações sociais. O indivíduo tanto cria suas relações quanto é por elas criado.

Marx não nega que “os homens façam sua própria história”; o que ele diz é que eles “não a fazem como querem”, pois não atuam num mundo determinístico, nem tampouco num mundo vazio de determinações, mas sim num estruturado universo de relações sociais.

6. O CAPITAL E OS CAPITAIS

O problema das relações entre o capital e os muitos capitais pode ser mais facilmente compreendido quando se tem presente a substância comum de que participam todos: o ser capital. Trata-se, na verdade, de se compreender a relação entre as leis abstratas do capital e o comportamento real dos capitais concretos. As colocações anteriores sobre a passagem do abstrato ao concreto são importantes para o entendimento desta complexa questão metodológica.

Tomo, como ponto de partida de minha análise, a polêmica levantada por Faria (1992), onde acusa a Escola de Campinas (Belluzzo e Mazzucchelli) de “*dividir a construção teórica do marxismo entre duas esferas*”: uma mais abstrata, absoluta e eterna, e outra, concreta e finita. Como consequência, diz Faria, essa visão postula a necessidade de se construir categorias de mediação, para que se possa aplicar as leis gerais do capital à análise dos fenômenos concretos.

Meu objetivo não é tomar partido nessa controvérsia, mas tão-somente tentar compreender o problema e contribuir para o seu esclarecimento. Nesse sentido, começo dizendo que Faria tem o mérito de colocar com precisão a natureza da questão e de tentar encaminhar corretamente sua solução teórica, mas, em seguida, devo dizer que não concordo inteiramente com a interpretação que faz dos autores da Unicamp. A interpretação de Faria é certamente válida com referência a Possas (1989), pois este autor, embora não mencionado expressamente na referida crítica, realmente se debate com o dilema da mediação entre dois níveis teóricos, o das leis gerais de movimento e o da dinâmica real, dualismo teórico certamente não partilhado por por Belluzzo (1980) e Mazzucchelli (1985).

Por exemplo, não há citações onde Belluzzo teria expresso o ponto de vista que lhe é imputado. Ao contrário, a leitura do referido texto sugere uma visão diferente do problema. Por outro lado, uma leitura mais atenta do texto de Mazzucchelli desautoriza a crítica que lhe é feita. O que este autor diz é que “*é impossível deduzir diretamente* (grifo original) *o ‘movimento real do capital’, a partir das ‘leis baseadas no valor e na mais-valia, e talvez seja este o pecado mais recorrente da maior parte da literatura econômica marxista.’*” (MAZZUCHELLI, 1985, p. 52). Se, efetivamente, o movimento real do capital não

pode ser deduzido diretamente das leis gerais, afirmação com que certamente Faria concordaria, pois o método de Marx não é o dedutivo, o que sugere Mazzucchelli para entender o comportamento dos capitais?

*“Em primeiro lugar, fica claro que a análise da concorrência constitui uma **mediação teórica** (grifo nosso) imprescindível ao entendimento das ‘situações reais’ ou ‘do movimento real do capital’, pois é somente **mediante** (grifo nosso) a consideração da concorrência e de suas determinações que se torna possível a compreensão das ‘formas concretas da produção capitalista.’”(MAZZUCHELLI, 1985, p. 52)*

O que é dito aqui e o que há de equivocado? Se as formas concretas da produção capitalista não podem ser deduzidas a partir das leis gerais, como podem ser compreendidas? Pela “mediação”, “mediante”, isto é, pelo intermédio da análise da concorrência e das determinações que, por meio dela, o capital impõe sobre o comportamento dos capitais particulares. Não se trata de mediação entre dois planos teóricos, mas simplesmente de entender a vigência das leis abstratas **mediante** a análise das situações concretas. Outras citações, que faz de Marx, em nada sugerem a alegada divisão do seu sistema teórico em duas esferas. Ao contrário, fica clara sua visão unitária e dialética do abstrato e do concreto, pois, se por um lado, os fenômenos concretos não podem ser deduzidos das leis gerais, por outro, também é verdade que *“as leis iminentes do capitalismo não podem ser deduzidas a partir da concorrência”* (MAZZUCHELLI, 1985, p. 42), pois a concorrência executa as leis internas do capital:

“A concorrência não é outra coisa que a natureza interna do capital, sua determinação essencial, que se apresenta e realiza como ação recíproca dos diversos capitais entre si; a tendência interior, como necessidade externa.”(MARX, citado por MAZZUCHELLI, 1985, p. 51)

No mesmo sentido que estou sugerindo, Braga (1989), outro membro da Escola de Campinas, reforça justamente esta visão dialética, quando propõe que a relação entre o capital e as decisões capitalistas pode ser entendida como:

“... um movimento onde a relação sujeito-objeto é não só uma complexa interação, mas também uma intermitente interversão, ou seja, troca temporária e reversível nas posições de sujeito e objeto.”

“Num universo determinístico, as decisões são vazias, quer o determinismo decorra da concepção das decisões como ligações meramente mecânicas ..., quer decorra da concepção segundo a qual os capitalistas são meros suportes do capital, cujas leis gerais determinariam, absolutamente, o movimento da estrutura Num universo sem ordem, sem ligação entre ação e consequência, tampouco as decisões têm sentido, seriam pura fantasia, imaginação.” (BRAGA, 1989, p. 206)

Nesta perspectiva, avaliamos que esta questão metodológica pode ser mais facilmente compreendida quando se tem presente que o capital existe na realidade, não como agregação ou como totalidade dos capitais particulares, nem tampouco como um ente abstrato, mas como sujeito, como movimento, como relação-processo objetivo e coercitivo que se sobrepõe e dá sentido às decisões dos capitais particulares. O capital é um universal concreto, pois a autovalorização do valor é um movimento objetivo.

Na visão de Marx, o capitalista se transforma em personificação do capital quando o movimento objetivo de expansão do valor se transforma em propósito subjetivo de cada capitalista individual. Ou, como diz Belluzzo (1980, p. 91): *“A acumulação não é, portanto, uma questão de escolha individual.”* Enquanto possuidor de capital, o capitalista, por natureza, age “livremente” coagido pela necessidade e pela sua ânsia de valorizar seu capital. É a lei interna do valor que se impõe como lei externa coercitiva.

Se, por um lado, é verdade que não há capitais, sem que exista antes o capital como relação social e histórica, por outro, também é verdade que o capital não subsiste e não se move senão mediante ações dos capitalistas. Os pressupostos e o ponto de partida do capital, a relação contratual entre dois agentes livres, o capitalista e o trabalhador, são internalizados e repostos como seus resultados, a partir do momento em que o capital se instaura como processo de acumulação e reprodução. O movimento objetivo de expansão do valor se traduz em motivação e impulso subjetivos de cada capitalista em busca do lucro, mas o que importa para o sistema é o primeiro movimento,

não este último. Ou seja, não é a partir dos capitais que se chega, por agregação, ao capital, mas, ao contrário, é pela vigência das leis objetivas do capital que indivíduos se transformam em capitalistas e coisas assumem a forma de capitais concretos; fora disto, as coisas não seriam capital, nem seus possuidores, capitalistas.

Os capitais se movem, “livre e autonomamente”, não em qualquer direção, mas necessariamente no sentido de realizar sua natureza de ser capital.

7. CONCLUSÃO: O TODO CONCRETO COMO RESULTADO

Como já salientamos, na visão de Marx a realidade existente, antes de ser conhecida, figura apenas como pressuposição, pois “*para a consciência, o mundo concebido é o único efetivo*” e “*a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber.*” “*O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível.*” (MARX, 1978, p. 117)

Se o abstrato é apenas um meio para o conhecimento, o concreto é o fim, o objetivo e também o resultado do conhecimento, que se realiza como movimento permanente em busca de uma compreensão cada vez mais completa (concreta) da realidade. O concreto não é uma simples imagem da intuição, mas o conceito da coisa, é o resultado, a coisa reconstruída pelo pensamento. É este o sentido da afirmação de Marx:

“O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida da intuição e da representação.” (MARX, 1978, p. 116)

Dessa forma, conhecer a realidade não é apenas abstrair as partes do todo, para conhecer suas leis internas, como fizeram os economistas clássicos, mas reproduzi-lo conceitualmente. O conceito, como o próprio nome indica (*conceptus*), é o real concebido. Conhecimento teórico de uma realidade não é

nem conhecimento prático-sensível, nem contemplação, mas atividade de “re-criação” da realidade. Na ótica da Economia Política de Marx, conhecer o concreto real não significa nem aplicar os princípios gerais abstratos, nem deduzi-lo desses princípios, mas sim recriá-lo lógica e historicamente a partir de sua lei interna. Por isso, conhecer a realidade também não significa conhecer todos os fatos, pois estes só significam conhecimento da realidade à medida que forem explicitadas suas leis internas e suas articulações na estrutura do todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO, Luiz G. M. *Valor e capitalismo. Um ensaio sobre a economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BRAGA, José Carlos. *Temporalidade da riqueza*. Edição Revista da Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia, 1989 (mimeo).
- FARIA, Luiz A. E. *A economia política, seu método e a teoria da regulação*. Porto Alegre: *Ensaio FEE*, Ano 13, n. 1, 1992.
- ILIENKOF, E. Elevar-se de lo abstrato a lo concreto. In: LOPEZ DIAZ, Pedro (org.), *El capital, teoria, estructura y método 1*. México: Ediciones de Cultura Popular, 1978.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).
- _____. *O capital*. V. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- POSSAS, Mário Luiz. *Dinâmica e concorrência capitalista. Uma interpretação a partir de Marx*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- ROSENTAL, M. La correlacion entre lo histórico y lo lógico en el proceso del conocimiento. In: LOPEZ DIAZ, Pedro (org.), *El capital, teoria, estructura y método 1*. México: Ediciones de Cultura Popular, 1978.